

POR QUE A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA NÃO CHEGOU AO BRASIL?

Gilmar Mendes Lourenço

Os especialistas em análise da conjuntura brasileira vêm manifestando sentimentos de angústia e perplexidade diante das dificuldades em compreender ou explicar as razões de o organismo econômico do País não conseguir responder a dois estímulos virtuosos: o primeiro oriundo do front externo, sintetizado na recuperação discreta, porém consistente e generalizada, da economia global; e, o segundo plantado no campo doméstico, englobando o contínuo declínio da inflação e dos juros.

Inclusive, os experts mais precipitados e/ou otimistas, que sentenciavam que o aparelho de negócios já estaria vivenciando um estágio de reativação, desde o começo de 2017 - com início em maio-junho de 2016 e interrupção, no último trimestre, em face das turbulências políticas e institucionais -, encarregaram-se de adiar os prognósticos de ocorrência da “marcha rumo à vitória” para o segundo semestre do corrente ano.

A rigor, é fácil perceber e entender o não encaixe da nação no movimento positivo da economia do planeta, ancorado no prosseguimento da recuperação dos Estados Unidos (EUA), mesmo com os acenos protecionistas e contra a mundialização, lançados por Donald Trump, a lenta superação da recessão japonesa e europeia, a perda de embalo da desaceleração chinesa, a impulsão da Índia e a reativação russa.

Frise-se que a Rússia tem indicado curso ascendente, a despeito da situação de guerra, das agruras decorrentes dos embargos comerciais e das reduzidas cotações do petróleo, pouco superiores a US\$ 50,0 o barril, contra US\$ 30,0 no começo de 2016, mas distantes do pico de US\$ 110,0, alcançado em fevereiro de 2014.

Só a título de ilustração, de acordo com o documento “The Overview of World Economic Outlook Projections”, preparado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto o produto interno bruto (PIB) mundial deverá crescer 3,5%, em 2017, o do Brasil tende a acusar acréscimo de apenas 0,2%, um dos menores entre os emergentes (subida de 4,5%).

De fato, a reação das vendas externas brasileiras, que cresceram 21,8% no primeiro quadrimestre de 2017, contabilizando os melhores resultados desde 2014, deriva essencialmente do comportamento dos mercados de commodities minerais, metálicas e agrícolas, com demanda e preços em elevação, particularmente petróleo, minério de ferro, soja e carnes, consequência da brecha no desaquecimento chinês e do reerguimento europeu, a despeito da decisão de abandono do mercado comum, por parte do Reino Unido.

Isso porque, na área de manufaturados, a exceção da subida verificada em combustíveis e veículos de carga - até como válvula de escape à depressão interna, que levou as empresas a operarem com mais de 60% de ociosidade -, os demais produtos esbarram em obstáculos endógenos à penetração, ou manutenção de presença, nos centros de consumo no exterior, por conta da flagrante perda de competitividade das cadeias brasileiras.

As estatísticas relativas ao nível de atividade e ocupação dos fatores de produção revelam, na melhor das hipóteses, que a economia brasileira teria chegado ao fundo do poço e estaria “nadando de lado”.

Tal inconveniente pode ser expresso na impulsão do custo País, imputada à crescente deterioração do aparato infraestrutural, atrelada à concatenação entre falência do Estado e multiplicação da corrupção, e à burocracia; à priorização pretérita da celebração de articulações e parcerias com mercados pouco relevantes na América Latina, não amparadas na explicitação de uma estratégia industrial e de comércio exterior; à diminuição da produtividade, provocada pela insuficiência de inversões em ciência, tecnologia e inovação; e ao recente movimento de revalorização do real.

Pela órbita interna, as estatísticas relativas ao nível de atividade e ocupação dos fatores de produção revelam, na melhor das hipóteses, que a economia teria chegado ao fundo do poço e estaria “nadando de lado”. Não obstante a estabilização dos rendimentos do trabalho, motivada pela progressiva diminuição da inflação, as margens de ociosidade do parque industrial encontram-se acima das experimentadas em 2016 e o desemprego bate sucessivos recordes.

De seu turno, os indicadores antecedentes, especificamente aqueles que medem a confiança dos agentes no futuro, tem mostrado oscilações e razoável grau de heterogeneidade, denotando melhora de humor de empresários do comércio, recuo das esperanças dos industriais e postura defensiva dos consumidores.

No fundo, o acesso à retomada do crescimento econômico brasileiro permanece bloqueado pelos apreciáveis patamares de desemprego, custo do crédito, endividamento e inadimplência privados (empresas e famílias) e debilidade orçamentária e financeira do setor público nas três esferas (união, estados e municípios).

A par disso, emerge a influência da ausência de espaço político para a negociação, aprovação e implantação das modificações institucionais de longa maturação, atestada pela verdadeira mutilação da reforma da previdência, em favor de segmentos privilegiados da sociedade, num momento em que a divulgação do teor das denúncias premiadas dos executivos do grupo Odebrecht suprime, na prática, a legitimidade dos representantes da sociedade no executivo e legislativo.